

11 AGO 1989

Economistas do PMDB defendem o pagamento seletivo da dívida

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O pagamento seletivo da dívida externa, em vez da moratória, foi defendido ontem por economistas do PMDB, durante uma reunião para discutir o programa econômico do partido. A necessidade de preservação das reservas cambiais foi outro ponto discutido no encontro. Os economistas acham, porém, baixo o nível de segurança das reservas em US\$ 6 bilhões, e defendem o aumento do patamar.

Participaram da reunião os candidatos a presidente e vice-presidente da República, Ulysses Guimarães e Waldir Pires, parlamentares, economistas e alguns secretários de Fazenda do PMDB. "Estivemos bem mais próximos das concordâncias do que das divergências", afirmou o senador Nelson Wedekin (SC), da executiva do partido. Apesar de o deputado Ulysses Guimarães não querer divulgar antecipadamente ponto do documento, foi possível apurar as principais discussões.

Segundo o economista Luciano Coutinho — que apresentou um esboço do documento a Ulysses —, a economia precisa crescer a níveis, se possível, superiores a 5 ou 6% ao ano. "O Brasil precisa de recursos para desenvolver-se", afirmou Waldir Pires. "Tudo o que impeça a manutenção da taxa de desenvolvimento, o partido estará contra", acrescentou.

A política de preservação das reservas cambiais praticada pelo ministro Mailson da Nóbrega foi elogiada por Coutinho e o secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho. Os dois defenderam

o pagamento seletivo da dívida. Luciano Coutinho disse que não se falou em moratória na reunião. A moratória, disse ele, é uma tática para negociação.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, em sua exposição, defendeu que, além da preservação das reservas cambiais, o pagamento da dívida externa seja feito de modo a não afetar o crescimento destas mesmas reservas. Para ele, o Brasil precisa chegar a um nível mínimo de US\$ 10 bilhões de reservas. Além deste ponto, Belluzzo disse que a centralização do câmbio é também medida necessária, seguida de uma reforma monetária e, depois, de uma reforma financeira e fiscal.

A nível interno, discutiu-se o estímulo da atividade produtiva, em detrimento à atividade especulativa. "Ninguém apresentou remédio muito claro disse o senador Nelson Wedekin. Ele garantiu que não se falou em moratória para dívida interna".

A questão principal do programa é o resgate da dívida social, segundo o deputado Ulysses Guimarães. "O Estado brasileiro tem de se considerar responsável pelo bem-estar dos cidadãos", acrescentou Waldir Pires. Segundo o senador Nelson Wedekin, o programa deverá abordar de forma bastante afetuosa o problema da habitação, principalmente no que diz respeito a casas populares.

Para o ex-prefeito Dante de Oliveira, membro da executiva e do "novo PMDB", a linha do programa "está muito boa". Ele lembrou, porém, que o documento é ainda um mero esboço, que ainda poderá sofrer adaptações.